

Crise no sistema de avaliação da Pós-Graduação da Capes

Maiane Bittencourt

Entre agosto e setembro de 2021, a Capes começou a vivenciar duas crises. Por um lado, sua presidência anunciou a necessidade de reformular o Conselho Técnico-Científico (CTC) que havia modificado, pela Portaria nº 117/2018, sua composição de 18 para 20 representantes, o que contrariava o regimento interno. Por outro, uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) solicitou a suspensão da Avaliação Quadrienal da Capes devido às suas recentes modificações.

A avaliação é uma política de Estado que foi atribuída a Capes em 1976 e tem como finalidade estimular a qualidade dos Programas de Pós-Graduação no País. O Conselho Técnico-Científico (CTC) foi criado em 1998 com o objetivo de garantir que os resultados das avaliações das diferentes áreas de conhecimento – atualmente um total de 49 – fossem comparáveis entre si e que as escalas de avaliação fossem preservadas. Inicialmente feitas a cada três anos, a partir de 2013 a avaliação dos programas de pós-graduação passou a adotar um ciclo quadrienal. Essas procedem no ano seguinte ao final do período avaliado e consideram o relatório do último ano do programa de pós analisado.

Em setembro o trabalho das Subcomissões das Áreas que analisavam os dados referentes ao período de avaliação de 2017 – 2020 foi suspenso. A atuação das coordenações de Área e de consultores(as) *ad hoc* é um trabalho voluntário e, portanto, conta com colabores(as) que ainda permanecem com vínculos de trabalho e pesquisas no período da avaliação.

O MPF argumenta que a CAPES criou regras novas de avaliação dos Programas ao longo do período 2018-2020 e que se pretendia que elas fossem retroativas para a avaliação das atividades do Quadriênio 2017-2020. Outras falas acerca da instabilidade do sistema da Pós-Graduação apareceram na Audiência.

O Deputado Rogério Correia (PT-MG) propôs o Requerimento 163/2021 para realizar uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados sobre a Avaliação Quadrienal (2017-2020) e a atuação da Capes junto à pós-graduação do país. A Comissão de Educação foi a responsável pela realização da reunião pública no dia 18 de novembro de 2021, às 9 horas. Compareceram como convidados: Cláudia Mansani Queda De Toledo, Presidente da Capes; Maria Cristina Manella, Coordenadora do GT-Educação da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF); Carlos Henrique De Carvalho, Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP); Fernanda Sobral, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Ricardo De Mattos Russo Rafael, Coordenador do Fórum de Coordenadores da Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO); Fabiane Maia Garcia, Coordenadora do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Educação (ANPED); e Stella Ferreira Gontijo, Vice-Presidente da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG).

Um dos assuntos de destaque na reunião foi a exoneração de todos os membros do Conselho Técnico-Científico (CTC), que se deu após a constatação de irregularidades no número de integrantes. A composição do Conselho foi regularizada, o que sanou a primeira crise. No entanto, como desde setembro a Justiça Federal havia suspenso a avaliação dos Programas de pós-graduação, a segunda e mais grave crise permaneceu. Na verdade, tal crise tem duas frentes de disputa jurídica, o MPF-DF trabalhou para ocorrer a avaliação de entrada (APCNs) e o MPF-RJ para manter a paralisação da avaliação em vigência.

Em sua fala na audiência, Carlos Henrique de Carvalho, Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, relatou, em sua fala na audiência, que “desde 2016, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação vem trabalhando no sentido de tudo que a CAPES desenvolva – na diretoria de avaliação, na DPB e na diretoria de Relações Internacionais –, seja divulgado. Então, entre os pró-reitores, os critérios de avaliação foram amplamente debatidos. Isso não significa que estamos de acordo com tudo ou que somos contrários a tudo”. Carvalho também apontou que em 2019 houve uma avaliação de meio-termo em que todas as áreas da Capes se fizeram presentes.

No dia 1 de dezembro a coordenação da Área de Química renunciou ao seu mandato e com ela os consultores *ad hoc*. Entre outras coisas, a carta de renúncia criticava a agência por, no contexto da paralisação da avaliação dos Programas de Pós-Graduação vigentes, ter lançado edital para novos cursos de pós-graduação (APCN), em especial, para as modalidades de ensino à distância (EaD).

No dia 2 de dezembro, em decisão surpreendente, o Juiz Titular da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro determinou “a sustação apenas e tão somente da divulgação do resultado final da avaliação, mantida a faculdade do CAPES de desenvolver todos os procedimentos preparatórios e compositivos dessa avaliação.” Ou seja, a agência foi liberada para produzir a avaliação, mobilizando novamente a comunidade acadêmica de colaboradores(as) e a atenção dos programas. Contudo, não se sabe ainda o que será feito com seus resultados, dado que eles não poderão ser divulgados. Uma coisa ficou patente: essa crise está longe de seu término.